oumparma bassa evitar arteorpagas ass partes	
Campanha busca evitar antecipação dos partos	

Campanha husca evitar antecinação dos partos

No final do mês de novembro, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançou uma campanha para evitar a antecipação dos partos no fim de ano. Em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement (IHI), "A hora do bebê: Pelo direito de nascer no tempo certo" busca incentivar o parto normal e conscientizar as futuras mães e toda a rede de atenção obstétrica sobre os riscos da realização de cesáreas sem indicação clínica.

A campanha vem em boa hora. Segundo os dados da ANS, há a redução de cesarianas no final do ano em função da antecipação dos nascimentos que ocorreriam na época das festas. No último ano, a média de cesarianas na semana de 24 a 31 de dezembro foi 20% menor do que a média semanal do ano. Já em 2016, houve diminuição de aproximadamente 40% no número de cesáreas realizadas no período de 24 a 31 de dezembro, comparado com a média semanal de cesarianas.

A agência reforça que há evidências científicas de que bebês nascidos de cesarianas são internados em UTI neonatal com mais frequência e o risco de morte da mãe e de complicações para o recém-nascido aumentam quando não há indicação clínica para essa modalidade de parto. Isso acontece porque, quando realizado antes das 39 semanas de gestação, pode não haver a maturação pulmonar do bebê.

Os responsáveis pelo programa Parto Adequado, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, apontam que há uma cultura muito grande de agendamento de cesarianas por motivos não clínicos, o que aumenta ainda mais no período de festas de fim de ano e férias. Já falamos sobre o programa aqui que busca incentivar ainda mais o parto normal na rede particular de saúde. Já mostramos também que o risco de morte materna pós-parto é

três vezes maior

em cesarianas quando comparado a outras modalidades de parto. A publicação "Cesariana e mortalidade materna pós-parto: um estudo de caso-controle de base populacional no Brasil" aponta que os principais riscos relacionados ao procedimento são mortes por hemorragia pós-parto e complicações na anestesia.

As diferentes ações buscam mudar o paradigma entre pacientes, profissionais de saúde e instituições com a revisão de diferentes protocolos. É importante reforçar que o debate do tema nas diferentes esferas é fundamental para que todos tenham condições de adotar as práticas mais seguras na redução de riscos tanto ao longo da gravidez, no parto ou logo após o nascimento da criança.

Claro que cada caso tem suas especificidades e o que deve prevalecer é a decisão tomada entre a mãe e o médico, sempre visando a segurança ao longo de todo o período. Veja a matéria da <u>Agência Brasil</u> sobre o tema.

Fonte: IESS, em 17.12.2018.